



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

**RESUMO EXECUTIVO DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNS**

**ABERTURA**

Aos dez e onze dias de maio, de dois mil, às dez horas, na sala de reunião “Conselheiro **Omilton Visconde**”, do Conselho Nacional de Saúde, teve início a Nonagésima Sétima Reunião Ordinária do CNS.

**APROVAÇÃO DA ATA**

Foram colocadas em apreciação as atas da 96ª Reunião Ordinária do CNS e da 16ª Reunião Extraordinária. As observações feitas pelos Conselheiros(as) **Maria Lêda Dantas, Carlos Martins, Maria Natividade Santana, Zilda Arns e Sílvio Romero**, sobre a 96ª Reunião Ordinária, constam do texto da mesma.

**INFORMES**

**1. Relatos da Mobilização do CNS pela PEC Aglutinativa 86-A:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** fez uma síntese sobre os encaminhamentos da mobilização do CNS pela PEC Aglutinativa 86-A, decorrentes das discussões da 16ª Reunião Extraordinária, enfatizando os seguintes pontos: **I)** fora constituído um Comitê Mobilizador de Conselheiros, o qual agendara audiências com o Presidente do Senado Federal, com vistas a iniciar a tramitação da PEC Aglutinativa 86-A; **II)** fora agendada audiência com os Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais (Senador **Osmar Dias**) e de Constituição e Justiça (Senador **José Agripino**) e, também, com o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família (Deputado **Cleuber Carneiro**), da Câmara Federal; **III)** foram remetidos ofícios para todos os Senadores que presidem Comissões e líderes de partidos, com vistas a sensibilizá-los sobre a referida PEC; **IV)** fora remetida a todos os membros do Comitê Mobilizador a minuta da “*Carta Aberta*”, com prazo definido para o encaminhamento de sugestões; **V)** fora efetivada a proposta de reunião conjunta entre a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e o Conselho Nacional de Saúde, a ser realizada no primeiro dia de reunião do CNS, no Senado Federal, às quatorze horas, da qual também participariam os Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Seguridade Social e Família; **VI)** por sugestão do Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, fora agendada audiência com o Senador **Francelino Pereira**. O Coordenador informou constar das pastas dos Conselheiros o despacho do Presidente do Senado Federal, Senador **Antônio Carlos Magalhães**, encaminhando a PEC Aglutinativa 86-A à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. No conteúdo do despacho, o Presidente do Senado argumenta favoravelmente à tramitação da referida PEC, porém, contrariamente à sua aprovação. Esse ato acarretará em mudança no teor da minuta da “*Carta Aberta*”, uma vez que o foco central deixará de ser a tramitação da PEC e, sim, a sua aprovação. Concluindo, o Coordenador informou que constava, também, das pastas dos Conselheiros um *folder* explicativo sobre o Conselho Nacional de Saúde e controle social. O Senhor **Ruy Nedel**, técnico do CNS, informou que fora garantida a presença do Presidente e do Relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, na reunião conjunta que seria realizada naquele dia, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Externou, também, a significativa melhora no ambiente do Senado Federal, em favor da aprovação da PEC Aglutinadora 86-A. Conselheiro **José Luiz Spigolon** relatou que a Confederação das Misericórdias do Brasil aproveitara a realização de um Congresso em Santos-SP, que contara com a participação do Ministro da Saúde **José Serra**, para discutir as ações que seriam desenvolvidas em relação à PEC, onde fora estabelecido que os dirigentes atuariam na mobilização dos respectivos Senadores de suas bases. Essa ação culminara em respostas favoráveis por parte dos Senadores. Conselheiro **Augusto Amorim** colocou que encontrara-se com o Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal, Deputado **Cleuber Carneiro** e com os Senadores

**Francelino Pereira** e **José de Alencar**, que comprometeram-se a trabalhar no sentido de acelerar a tramitação e aprovar a PEC Aglutinativa 86-A. Acrescentou, ainda, que o Conselho Nacional de Agricultura e o SENAR tinham se mobilizado junto aos Senadores ligados à agricultura e à área rural. Conselheiro **Diógenes Sandim Martins** informou que a Força Sindical aproveitara o evento realizado no dia 1º de maio/2000, através de uma “*Estação Saúde/SUS*”, para divulgar os encaminhamentos referentes à PEC Aglutinativa 86-A e que o Presidente da Força Sindical remetera correspondência a todos os Senadores, objetivando o conhecimento de suas posições com relação à votação da PEC. O Senhor **Wellington**, do CONASEMS, fez breve resumo da movimentação do CONASEMS em relação à aprovação da PEC Aglutinativa 86-A, destacando os seguintes pontos: **I)** emissão de correspondência a Senadores, Deputados, Municípios e entidades do setor saúde; **II)** utilização dos meios de comunicação do CONASEMS para divulgação da PEC (Jornal e Boletim); **III)** confecção de cartazes pela aprovação da PEC (encaminhados aos Senadores); **IV)** publicação de entrevistas e matérias, pelo Presidente do CONASEMS, ressaltando a importância da aprovação da PEC para o setor saúde; **V)** participação no evento realizado pela Força Sindical, onde montara o *stand* “*Estação Saúde/SUS*”, que distribuíra mais de cinquenta mil folhetos explicativos sobre a PEC Aglutinativa 86-A; **VI)** emissão de ofícios aos Senadores, especialmente ao Relator, Senador **Antônio Carlos Valadares**, solicitando a agilização do relatório e a permanência do texto apresentado; e **VII)** encaminhamento de ofício aos Deputados e entidades do setor saúde, informando sobre a leitura do Relatório da Comissão de Constituição e Justiça. Conselheira **Zilda Arns** relatou as ações desempenhadas pela Pastoral da Criança, no trabalho de mobilização: **I)** emissão de correspondência aos Senadores, solicitando aprovação da PEC; **II)** participação da audiência realizada com as lideranças dos partidos no Senado Federal e o Cardeal **Dom Paulo Evaristo Arns**, que resultara na promessa do Senador **Antônio Carlos Magalhães** e de vários Senadores em rever as suas posições contrárias à aprovação da PEC; **III)** solicitação do Cardeal **Dom Paulo Evaristo Arns** ao Presidente do Senado Federal para agilização do processo de tramitação e aprovação da PEC; e **IV)** solicitação, através da mídia, que os Coordenadores Estaduais da Pastoral da Criança se mobilizassem junto aos Senadores dos respectivos estados. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que fosse publicado um exemplar especial do Jornal do CNS ou do Boletim, relatando a mobilização das entidades representadas no Conselho pela aprovação da PEC e o significado dessa luta para o Sistema Único de Saúde, na construção do seu novo modelo assistencial. Conselheiro **Mário Scheffer** informou que o Movimento de Luta Contra a AIDS mobilizara-se, através da *internet*, no sentido de que as ONGs ligadas ao setor saúde enviassem *e-mail* aos Senadores Federais, solicitando que estes se empenhassem na aprovação da PEC. Conselheiro **Jocélio Drummond** disse que os representantes da Coordenação da Plenária de Conselhos haviam feito mobilizações nos seus estados, junto aos respectivos Senadores. Conselheira **Zenite B. Freitas** registrou que o Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores desenvolvera ações para fortalecer as entidades, ao nível estadual, na mobilização junto aos Senadores de cada estado pela aprovação da PEC.

**2) Implementação das Deliberações da 95ª Reunião Ordinária “Informações e Mecanismos para o Acompanhamento do SUS pelo CNS”, “Agenda Básica – CNS/2000” e “Plano de Trabalho da Comissão de Orçamento e Financiamento /CNS-2000”:** O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que constava das pastas dos Conselheiros um documento contendo seis medidas implementadoras das deliberações decorrentes da 95ª Reunião Ordinária, quais sejam: **I)** reunião trimestral no IPEA; **II)** reunião mensal no IPEA; **III)** acompanhamento da coleta e processamento de informações pelo SIOPS e intercâmbio com os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, sobre as respectivas Execuções Orçamentário-Financeiras; **IV)** reunião mensal da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS (COFIN/CNS); **V)** apoio direto ao relatório de Orçamento e Financiamento na Reunião Plenária do CNS; e **VI)** participação da assessoria do Prof. Elias Antônio Jorge na implantação dessa sistemática.

**3) Grupo de Trabalho Acessibilidade, Acolhimento e Humanização ao SUS:** Conselheiro **Climério Rangel** informou que o referido Grupo de Trabalho encontrava dificuldades em reunir seus componentes, o que era um fator preocupante frente ao convite do Ministério da Saúde de que o Grupo expusesse no Seminário sobre Humanização do SUS, cuja realização seria no dia 24 de maio/2000. A propósito, o Conselheiro **Geraldo Adão** convocou os integrantes do Grupo de Trabalho para participarem da reunião, objetivando preparar a apresentação no referido Seminário.

#### **ITEM 01 – PREPARAÇÃO DAS ATIVIDADES A PARTIR DAS 14 HORAS**

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** informou que a reunião conjunta entre o Conselho Nacional de Saúde e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal teria início às

quatorze horas e seria concluída às dezesseis horas. Do ponto de vista operacional, a sugestão da Secretaria Executiva do CNS era que a atuação dos Conselheiros fosse espontânea e aberta a todas as representações, no sentido persuadir os Senadores para a aprovação da PEC. Observou que a Carta-Aberta poderia obter efeito qualitativo com relação àqueles Senadores que ainda não se manifestaram favoráveis à aprovação da PEC, desde que fosse bem apresentada. O Plenário decidiu que a Carta-Aberta seria lida pela Conselheira **Zilda Arns**, precedida de uma breve introdução sobre a conjuntura da área social do país, proferida pela Conselheira **Maria Lêda Dantas**. O Conselheiro **Gilberto Natalinio**, ao chegar da Reunião de Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, informou sobre a leitura do relatório pelo Senador **Antônio Carlos Valadares**, que emitira parecer favorável à aprovação e anexara a Carta-Aberta do CNS ao relatório, acrescentando que, por sugestão dos Senadores **Carlos Wilson** e **Pedro Simon**, a Comissão pedira vistas coletiva ao processo, o que poderia ser considerada uma vitória política.

## **ITEM 02 – REUNIÃO CONJUNTA CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE E COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DO SENADO FEDERAL**

O Senador **Osmar Dias** declarou aberta a Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que tinha como assunto em pauta a PEC Aglutinativa 86-A e contava com a participação do Conselho Nacional de Saúde. O Presidente da Comissão declarou que a aprovação da PEC era fundamental para a composição de um orçamento compatível com as necessidades do Ministério da Saúde e do Sistema Único de Saúde, informando que a Bancada do PSDB, no Senado Federal, votaria favoravelmente à Emenda. A seguir, convocou o Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, as Conselheiras **Maria Lêda Dantas** e **Zilda Arns** e o Bispo **Dom Mauro Morelli** para comporem a mesa. A Senadora **Heloísa Helena** reiterou a importância da aprovação da PEC e saudou os representantes do Conselho Nacional de Saúde. A seguir, Conselheira **Maria Lêda Dantas**, fazendo uma breve introdução, proferiu as seguintes palavras: *“Senhoras e Senhores, estou em estado de graça esta tarde. Em 1988, quando todas as forças vivas da nação estavam aqui reunidas para construir a Constituição Cidadã, na Comissão de Ordem Social, falaram os representantes de indígenas, dos negros, da família e etc. Porém, havia um resto de brasilidade que foi chamada de minoria, que era a sociedade desorganizada, excluída, doída, sem teto e sem terra. Fui escolhida para falar em nome desse povo. Nós, os avulsos, os desorganizados, quando falávamos, falávamos na esperança de que sobre aquela carta haveríamos de criar um país onde a nação e o estado não fossem antagônicos e onde o estado, de fato, representasse a nação, a fim de que pudéssemos construir a democracia que queríamos. Então, muito pretensiosamente, falei com os Senadores e Deputados ali presentes que, Jesus Cristo havia juntado a minoria e dado-lhes a preferência e que, a própria Escola de Frankfurt, como a Escola de Filosofia e Sociologia Marxista, também houvera feito a profecia de que quem mudaria os rumos do planeta terra seriam os excluídos. Naquele momento, eu falava em nome da fé, da esperança e de alguma coisa que não tem nome, mas liga todos os seres humanos, quer seja no Carandiru, quer seja nas estradas do Paraná, quer seja na Amazônia ou em alguma jangada perdida por aí. E, hoje, como estou apenas introduzindo a fala da Conselheira **Zilda Arns** e do nosso amado Bispo, já não falo de uma esperança e, sim, de uma realidade que se concretizou, pois os excluídos estão mais organizados. Nós, os que doemos, não esperamos passar a dor, nós estamos aqui. Eu lembrava aos Senhores Senadores e Deputados que, ao contrário do que a Escola de Frankfurt dizia e Jesus Cristo houvera dito, que os opressores de hoje, são os oprimidos de antigamente e que os excluídos de uma época são os que excluem os outros, haja vista uma série de países e lugares, mas, disse, naquele momento, e posso dizer que acertei, que quando não há uma democracia, visto que não existe democracia quando não há terra, quando não há teto e quando não há saúde, mas, podemos dizer que estamos a caminho. Eu dizia que não havia perigo de que nós, os excluídos daquela época, fôssemos os excludores do futuro. Aqui, vamos ver que, aqueles que conseguiram algum poder, não o fizeram de forma excludente. Todos que aqui estamos temos ideologias e passado político diferentes, mas, em nome de um planeta habitável e de um país solidário, conseguimos estar aqui, acima de nossas divergências. Acho que, neste momento, em que representamos todos os segmentos da sociedade, é um momento histórico e um ato de democracia. Sabemos que o Congresso Nacional não vai deixar aumentar o fosso que ora começa a se colocar entre governo e sociedade. Não somos antagônicos. Queremos que o estado esteja a serviço da nação e o primeiro passo para isso é garantir saúde à todos e que a nossa dor seja minimizada pela responsabilidade dos Senhores Senadores. Obrigada”*. Em seguida, a Conselheira **Zilda Arns** cumprimentou os Senadores e Senadoras, Conselheiros e demais autoridades presentes, passando à leitura da *“Carta-Aberta do Conselho Nacional de Saúde em Defesa da PEC da Saúde”*, cujo texto encontra-se na ata. Após a leitura, o Bispo **Dom Mauro Morelli** manifestou sua satisfação em participar da reunião e informou que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil havia entregado

uma carta às comunidades brasileiras, intitulada “*Diálogo e Esperança*”, que ressaltava a importância do espaço de diálogo como o que estava sendo proporcionado naquele momento. O Bispo enfatizou a necessidade de garantir condições mínimas de cidadania à sociedade e exaltou a última frase da Carta-Aberta do CNS, que dizia: “*Sem esse instrumento legal (Proposta de Emenda Constitucional 86-A) fica ameaçado um dos mais importantes direitos do cidadão: o acesso universal, integral e gratuito aos serviços públicos de saúde*” – alertando que essa frase não poderia ser considerada genérica, mas, sim, com rosto, com nome e endereço em aproximadamente um terço da população brasileira. Reiterou a necessidade de aceleração no processo de vinculação, o qual desencadeará os recursos necessários para proporcionar saúde à população e declarou que a carta elaborada pela CNBB propunha a realização de um grande mutirão, objetivando assegurar vida com dignidade e esperança, especialmente, às crianças. Seguiram, então, para os debates, quando os Conselheiros e Parlamentares expuseram as suas posições.

### **ITEM 03 – AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES NO SENADO FEDERAL E PRORROGAÇÃO DA CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO**

O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos**, inicialmente, informou que fora distribuída a lista dos Senadores da Bancada do PFL, com os respectivos números para contato, sugerindo que fosse feito um esforço mobilizador concentrado nesses Senadores. Conselheiro **Diógenes Sandim Martins** sugeriu que a gravação da reunião do dia anterior, após editada, fosse encaminhada aos Senadores. Conselheira **Neide Barriguelli** observou que era o momento de intensificar a mobilização “*corpo a corpo*”, junto aos Senadores. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** observou que esse trabalho também poderia ser desempenhado nos respectivos estados. Conselheiro **Licínio Ratto** ponderou que o CNS deveria procurar conhecer os motivos pelos quais alguns Senadores, Governadores e Prefeitos eram contrários à vinculação para a saúde e, conseqüentemente, à aprovação da PEC, principalmente, àqueles que compunham a Bancada do PFL. Conselheira **Zenite B. Freitas**, complementando a proposta da Conselheira **Neide Barriguelli**, ressaltou a importância de articulação das entidades representativas da sociedade, no CNS, junto aos Senadores. Conselheiro **Carlos Martins** falou sobre a necessidade do conhecimento das posições contrárias à PEC, de Senadores que não eram da Bancada do PFL e sugeriu que fosse publicada, nos principais jornais do país, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, uma nota explicativa sobre a PEC e a sua tramitação. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** ponderou que a Carta-Aberta do CNS era um documento explicativo e didático, podendo ser utilizado na finalidade de esclarecimento à sociedade. Conselheiro **Heder Murari** sugeriu que o CNS organizasse um movimento mobilizador de massa, uma “*Marcha pela Saúde*”, no dia 07 de junho de 2000, quando a PEC voltaria a ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, a fim de pressionar os parlamentares. Conselheiro **Climério Rangel** sugeriu que fosse encaminhado documento aos Conselhos Estaduais de Saúde, a fim de que atuassem na mobilização junto aos Senadores, nos estados. Conselheiro **Augusto Amorim** sugeriu que o CNS disponibilizasse os documentos relativos à PEC, aos Senadores que manifestaram apoiá-la, para que os mesmos passassem a difundir as informações. Conselheira **Marisa Fúria** sugeriu que fosse enviado telegrama aos Senadores, na véspera da apreciação da matéria na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal e a divulgação dos nomes dos Senadores que tinham posição contrária à PEC. O Coordenador **Nelson Rodrigues dos Santos** sugeriu que a proposta do Conselheiro **Heder Murari** fosse estudada em conjunto com a Comissão Organizadora da Plenária de Conselheiros, tendo em vista a proposta semelhante, anteriormente aprovada, a ser realizada concomitantemente à Plenária de Conselheiros. O Conselheiro **Heder Murari** retirou a sua proposta. O Plenário decidiu manter a mobilização da Plenária de Conselheiros, no dia 07 de junho de 2000, conforme decidido na 96ª Reunião Ordinária do Conselho e a Comissão de Mobilização, constituída naquela reunião, estudaria junto às entidades representadas no Conselho a possibilidade de adesão à Marcha Mobilizadora.

### **ITEM 04 – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR: CRIAÇÃO, OBJETIVOS, MÉTODOS E METAS**

(Adiado para a próxima reunião).

### **ITEM 05 – RELATÓRIO DO TCU**

Conselheira **Rita de Cássia Barata** esclareceu, inicialmente, que o relatório elaborado pelo Tribunal de Contas da Unia referia-se à uma avaliação daquele Tribunal sobre o SUS, no período de 1997 e 1998, o que acarretava no vencimento de várias questões apontadas no referido relatório. O Grupo de Trabalho centrara os seus estudos nos documentos produzidos pelo TCU, principalmente no relatório elaborado pelo corpo técnico, o qual servira de elemento para deliberação do Plenário do

TCU e resultara decisões encaminhadas ao Ministério da Saúde. Concluindo, declarou que o Grupo de Trabalho procurara apontar as providências que deveriam ser tomadas pelo CNS. Em seguida, o Conselheiro **Sólton Viana** passou a expor o relatório do grupo, o qual abordava os seguintes tópicos: **I)** finalidade do relatório: **A)** implicações das principais determinações e recomendações do TCU; e **B)** possível linha de interlocução CNS/TCU; **II)** principais determinações e recomendações: **A)** financiamento: **1)** fixar critérios de repasse; **2)** regulamentar o uso dos recursos por Estados e Municípios; **3)** definir prioridades para recursos novos (PEC); e **4)** reexaminar a renúncia fiscal. **B)** auditoria: **1)** definição de competências de forma clara; **2)** capacitar auditores subnacionais; **3)** elaborar plano de cargos e salários; **4)** enfatizar auditoria nas prerrogativas dos gestores subnacionais. O grupo concluiu que as determinações e recomendações emanadas do TCU eram, de um modo geral, de inegável oportunidade e procedência e apresentou as seguintes recomendações ao CNS: **I)** encaminhar às Comissões Permanentes do CNS cópia do relatório da Auditoria e da Decisão 955/1999; e **II)** incluir na agenda de trabalho do Conselho as seguintes questões, tratadas na Decisão nº 955/99: **1)** descentralização; **2)** dupla porta de acesso ao sistema de saúde; **3)** relatório de gestão e **4)** interlocução com o TCU. As sugestões apresentadas pelo Grupo de Trabalho fora consideradas aprovadas.

#### **ITEM 07 – COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO DO CNS – CONFIN: RELATÓRIO MENSAL E NOVO MÉTODO DE TRABALHO COM A SECRETARIA EXECUTIVA DO CNS**

O Prof. **Elias Jorge** apresentou e fez os devidos esclarecimentos sobre o Relatório da Comissão do CNS de Orçamento e Financiamento, o qual dispunha sobre os seguintes temas: **I)** execução orçamentária do Ministério da Saúde; **II)** arrecadação da União pela Secretaria da Receita Federal; **III)** execução orçamentária do Governo Federal referente ao mês de março/2000; **IV)** Proposta de Emenda Constitucional Aglutinativa 86-A – vinculação de recursos para a saúde; **V)** Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS; **VI)** Plano de Trabalho da CONFIN/CNS, para o ano 2000; e **VII)** sugestões e encaminhamentos ao Plenário: **1)** manutenção e intensificação das atividades pela aprovação da PEC Aglutinativa 86-A; **2)** determinação à Coordenação Geral do CNS e à Assessoria de Orçamento e Finanças de proceder ao estudo da viabilidade de promoção de curso de introdução ao acompanhamento do processo orçamentário da União para Conselheiros titulares e suplentes do CNS; **3)** definição dos temas centrais a serem abordados na 1ª reunião de avaliação programática trimestral; **4)** acompanhamento dos entendimentos para ampliação e reformulação do apoio técnico à Comissão, por parte da Coordenação da Comissão e Assessoria de Orçamento e Finanças; e **5)** aprovação do relatório da COFIN e do material de apoio, considerando-os anexos à ata da 97ª Reunião Ordinária do CNS. O relatório foi aprovado, bem como as sugestões nele contidas.

#### **EXTRA-PAUTA**

##### **1. 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE:**

Conselheiro **Jocélio Drummond** informou que houvera manifestação desfavorável das Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste na reunião dos Coordenadores das Plenárias Nacionais com relação à mudança do tema para “*Efetivando o SUS: Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde com Controle Social*”, haja vista que as Conferências Estaduais de Saúde estavam em andamento, trabalhando o tema “*Efetivando o Controle Social*”, o que poderia gerar distorções nos debates ao nível local e nacional. Acrescentou que esse assunto deveria voltar a ser discutido na Plenária Nacional de Conselheiros, no sentido de enfatizar o controle social como tema central da Conferência. Foi constituído Grupo de Trabalho, composto pelos Conselheiros **Jocélio Drummond, Zilda Arns, Cláudio Duarte, Rita de Cássia Barata, Maria Natividade Santana, Carlos Martins e Climério da Silva Rangel** para, inicialmente, indicar diretrizes para a elaboração proposta de Regimento Interno para a 11ª Conferência Nacional de Saúde, estudar a sua composição e o número de delegados que participarão.